



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2025

CONTRATANTE (UASG)

929317 –Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEICULAR E EMISSÃO DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR – CSV, EM ATENDIMENTO AOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

FONTE, DATA e HORA: Enviar exclusivamente por meio do e-mail licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br, a Proposta de Preços até às **23h:59min. do dia 07/05/2025.**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

CONTATO PARA DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS
licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br



sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. ANEXOS DO AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	3
3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	3
4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	4
6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO – DO INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	5
7. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	5
8. CONDUÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	7
9. PROPOSTAS DE PREÇOS ADICIONAIS	7
10. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E NEGOCIAÇÃO	8
11. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS.....	9
12. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.....	10
13. SANEAMENTO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO.....	12
14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	12
15. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	12
16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO.....	14
17. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	14
18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	14
19. OBRIGAÇÕES DA CÂMARA.....	15
20. SUBCONTRATAÇÃO.....	15
21. FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	15
22. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	15
23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 7/2025

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ**, sediada na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, inscrita no CNPJ sob o nº 30.407.084/0001-43, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com Critério de Julgamento **Menor Preço por Item**, na hipótese do **art. 75, inciso II, §3º** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 2.384 de 23 de novembro de 2023, Decreto Municipal nº 2.904 de 29 de novembro de 2022 e Decreto Municipal nº 3.335 de 28 de dezembro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/20214 (ME/EPP), e demais legislação pertinente ao objeto, e ainda, sob as condições estabelecidas neste Aviso Convocatório e seus ANEXOS.

O objetivo deste Aviso de Dispensa de Licitação é a obtenção de Propostas de Preços Adicionais aos orçamentos que já foram obtidos em pesquisa prévia de mercado realizada pelo Departamento de Suprimentos da Câmara Municipal, devendo ser selecionada a Proposta mais vantajosa, conforme previsão contida no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMCA: Nº 0252/2025

DATA E HORA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS: ATÉ ÀS 23h:59min. DO DIA 07/05/2025

ENDEREÇO DE E-MAIL PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br

2 – ANEXOS DO AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1 – Integram este Aviso, para todos os efeitos, os seguintes ANEXOS:

- 2.1.1 – ANEXO I – Termo de Referência;
- 2.1.2 - ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.1.3 - ANEXO III – Documentações de Habilitação.

3 – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1 - O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VEICULAR E EMISSÃO DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR – CSV**, acreditada pelo INMETRO e licenciada pelo SENATRAN, com todos os serviços, insumos e equipamentos necessários, onde serão



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

analisados os itens referentes ao sistema de GNV, ou popularmente conhecidos como “Kit Gás”, além da verificação dos itens de segurança do veículo, já que os veículos legalizados para o uso de GNV precisam realizar a inspeção técnica e a vistoria anualmente a fim de conseguir a emissão do Licenciamento Anual dos veículos, conforme descrição, especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso e no ANEXO I – Termo de Referência**.

3.2 - O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço por item**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.3 – A Prestação de Serviços de Inspeção Veicular será realizada nos 09 (nove) veículos oficiais da Câmara Municipal, **conforme relacionados no ANEXO I deste Aviso de Contratação Direta**.

3.4 – A Prestação de Serviços deverá abranger todo e qualquer insumo e atividade para a completa e perfeita execução do objeto.

3.5 - **A Empresa Prestadora do Serviço deverá estar localizada dentro de um raio de 100 km (cem quilômetros) da Sede da Câmara Municipal**, pois se a distância for maior importará no aumento das despesas com combustível e com o condutor (servidor).

4 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual Prestação de Serviço correrão a conta da previsão orçamentária da CÂMARA para o Exercício de 2025, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2.903 e no Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

5 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1 – O objetivo deste Aviso de Dispensa de Licitação **é para a obtenção de Propostas de Preços Adicionais aos orçamentos já foram obtidos em pesquisa prévia de mercado realizada pelo Departamento de Suprimentos da Câmara Municipal, devendo ser selecionada a Proposta mais vantajosa para Câmara.**

5.2 - Os horários estabelecidos no Aviso desta Dispensa observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico (e-mail) e na documentação relativa a Dispensa.

5.4 - O eventual INTERESSADO deverá observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para o encaminhamento de Propostas, bem como a(s) convocação(ões) feitas pelo e-mail licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br.

5.5 - Caberá ao eventual INTERESSADO a responsabilidade por informações inverídicas prestadas com o intuito de obter os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.6 – O eventual INTERESSADO deverá atender às condições exigidas neste Aviso e seus ANEXOS.

5.7 - Quanto à sustentabilidade, a Contratada deverá obedecer ao contido no Termo de Referência – ANEXO I do Aviso da Dispensa de Licitação.



6 – CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO – DO INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A participação na presente Dispensa de Licitação será **EXCLUSIVA** para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o Agricultor Familiar, o Produtor Rural, Pessoa Física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, que **ATUAM E EXPLOREM RAMO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTES AVISOS**.

6.2 - As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Equiparadas deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei nº 14.133/21, desejando participar do procedimento desta Contratação Direta.

6.3 – A participação dos eventuais INTERESSADOS nesta Dispensa de Licitação ocorrerá por meio do endereço do e-mail: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br para a **obtenção de Propostas de Preços Adicionais**.

6.4 – **O eventual INTERESSADO deverá encaminhar a Proposta de Preços – conforme modelo do ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS do Aviso de Dispensa de Licitação**, no endereço do e-mail: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br, dentro do prazo estabelecido, estando resguardado o sigilo da(s) Proposta(s) recebida(s).

6.4.1 – O eventual INTERESSADO deverá firmar as **Declarações contidas no item 2 – DO TERMO DE ACEITAÇÃO - NO ANEXO II – DA PROPOSTA DE PREÇOS**.

6.5 - O Aviso de Dispensa e seus Anexos serão divulgados no Site Oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, no endereço <https://casimirodeabreu.rj.leg.br/dispensaeinexigibilidade>.

6.6 – As Propostas de Preços deverão ser enviadas com assinatura digital, ou em formato de arquivo digital capaz de assegurar a inalterabilidade do conteúdo e da data e horário em que foram gerados.

6.7 – A Divulgação do resultado das Propostas de Preços obtidas durante a pesquisa prévia de mercado e as Propostas de Preços obtidas a partir da publicação deste Aviso de Dispensa de Licitação, será no Site Oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, no endereço <https://casimirodeabreu.rj.leg.br/dispensaeinexigibilidade>.

7 – VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

7.1 - Não poderão participar desta Dispensa de Licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, **Pessoa Física ou Jurídica** que estejam enquadradas nas seguintes condições:

7.1.1 - Suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Administração Municipal Direta ou Indireta, ainda na vigência da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02.

7.1.2 - Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ainda na vigência da Lei Federal nº 10.520/2002.

7.1.3 - Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

7.1.4 - Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

7.1.5 - Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CÂMARA ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei nº 14.133/21.

7.1.6 – Que não atendam às condições deste Aviso e seu(s) Anexo(s);

7.1.7 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.1.8 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, grupo comercial, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.1.9 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.10 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.1.11 - O agente público da CÂMARA, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, Profissional especializado ou Funcionário ou Representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.1.12 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

7.1.13 - Agente público da CÂMARA, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021.

7.1.14 - Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

7.1.14.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.



7.1.15 - Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

7.1.16 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

7.1.17 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

7.1.18 - Os impedimentos previstos nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4 serão aplicados ao Fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Fornecedor (Art. 14, §1º, Lei 14.133/2021).

7.1.19 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

7.1.20 - Que não estejam legalmente estabelecidas e ou que não explorem Ramo de Atividade Compatível com o objeto deste Aviso de Dispensa, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos Atos Constitutivos da Empresa.

7.1.21 – Empresas não enquadrada na Condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, o Agricultor Familiar, o Produtor Rural, Pessoa Física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

8 – CONDUÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

8.1 – A Contratação Direta será conduzida por servidor da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, designado Agente de Contratação, que irá coordenar o recebimento das Propostas de Preços Adicionais enviadas, via e-mail, e promover as seguintes ações: receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos ao Aviso e aos seus Anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário; verificar a conformidade da Proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no Aviso; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado; indicar o vencedor da contratação direta; conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio; e encaminhar o processo instruído, depois de encerradas às fases de Julgamento e de Habilitação, à Autoridade Superior para Adjudicação e Homologação.

9 – PROPOSTAS DE PREÇOS ADICIONAIS

9.1 - Após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação, no Sítio Eletrônico da CÂMARA, os **eventuais INTERESSADOS** encaminharão, **exclusivamente no endereço do e-mail: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br**, suas respectivas Propostas com a descrição do objeto e os



preços ofertados, até a data e o horário estabelecidos no Aviso, quando, então encerrar-se-á a etapa de envio dessa documentação, devendo ser selecionada a Proposta mais vantajosa.

9.2 - O eventual INTERESSADO deverá, na elaboração de sua Proposta, observar o contido no Termo de Referência - ANEXO I e no Modelo da Proposta de Preços - ANEXO II do Aviso da Contratação Direta, como:

- a) Cotação de preços que atenda as quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, inclusive a marca (fabricante) e o modelo (referência).
- b) Preço Unitário e Total, expresso em moeda corrente nacional contendo somente duas casas decimais. Nos casos de divergência entre o preço total e o preço unitário prevalecerá o valor ofertado como preço unitário.
- c) No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados a execução do objeto deste aviso, incluindo impostos, taxas, seguros, licenciamento, garantia.
- d) A Proposta deverá conter o endereço, telefone, e-mail da Empresa e assinatura do seu Representante Legal devidamente identificado e qualificado.
- e) A Proposta deverá conter o **Termo de Aceitação** declarado pelo eventual INTERESSADO, conforme ANEXO II do Aviso da Contratação.

9.3 - A apresentação da Proposta de Preço Adicional implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no item anterior, assumindo o eventual INTERESSADO detentor da Melhor Proposta o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

9.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

9.5 - O prazo mínimo de validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das Propostas nesta Contratação, sendo este o prazo considerado em caso de omissão ou erro.

9.6 - Os eventuais INTERESSADOS poderão substituir a sua Proposta, através de e-mail, até a data e hora final estabelecido neste Aviso.

9.7 - A verificação da conformidade da Proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à Proposta mais bem classificada e será divulgada no sítio eletrônico da Câmara Municipal.

10 – VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E NEGOCIAÇÃO

10.1 – Encerrado o período de envio das Propostas de Preços, via e-mail, será verificada a conformidade da Proposta Classificada em Primeiro lugar – MENOR PREÇO POR ITEM - obtida neste Procedimento ou em Pesquisa Prévia de Mercado realizada pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

10.2 – Depois de encerrada a etapa da verificação da conformidade da Proposta mais vantajosa, o Agente de Contratação deverá propor NEGOCIAÇÃO direta com o Melhor Classificado, neste Procedimento ou em Pesquisa Prévia de Mercado, (contraproposta), objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Aviso.

10.2.1 - Obtendo êxito na NEGOCIAÇÃO, a Contratada deverá enviar Proposta de Preços Adequada, ao último valor negociado, devendo ser apresentada via e-mail, conforme **ANEXO II** do Aviso da Dispensa de Licitação, e se necessário documentações complementares, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, após solicitação do Agente de Contratação.



10.3 - Como critério para a análise da conformidade da Proposta será observado também os requisitos do **Termo de Referência – ANEXO I e do Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II deste Aviso.**

10.4 - Serão Desclassificadas as Propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Aviso ou em seus Anexos;

III - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Aviso, desde que insanável.

IV – Estando com o preço incompatível com preços praticados no mercado.

10.5 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a Desclassificação da Proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo Contratado.

10.5.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta.

10.6 - Se a Proposta de menor preço for Desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7 - A Desclassificação será sempre fundamentada e registrada em Ata e divulgada no Site Oficial da Câmara Municipal.

10.8 – Encerrada a fase de Julgamento, estando o preço compatível com preços praticados no mercado, será verificada as condições de habilitação da empresa exigidas para esta contratação.

11 – VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

11.1 – Será verificada a existência de sanção que impeça a participação na Contratação Direta ou a futura contratação mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta de sanções no Portal da Transparência do Governo Federal - no CEAF, no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP – CNEP, SIAFI – CEPIM, CEIS/CNEP – CEIS e no CEIS/CNEP – Acordos de leniência, mantido pela Controladoria-Geral da União.

b) Consulta de registros de condenação com Trânsito em Julgado ou sanção ativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

c) Consulta da Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantido pelo Tribunal de Contas da União-TCU (Órgão Gestor: TCU, CNJ e Portal da Transparência).



e) Consulta da Certidão Negativa Correccional – Entes Privados (ePAD,CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) mantido pela Controladoria-Geral da União.

11.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da Empresa provisoriamente Classificada e também de seu Sócio Majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 (alterada pela Lei nº 14.230/2021), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja Sócio Majoritário.

11.3 - A existência de registro do Fornecedor que impliquem em restrição ao direito de participar em contratações direta, licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, o Agente de Contratação reputará o Fornecedor Desclassificado, por falta de condição de participação.

11.4 – Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento final da Proposta e Habilitação.

12 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

12.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de **HABILITAÇÃO** constam do **ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**, deste Aviso, e serão solicitados do(s) Fornecedor(es) mais bem classificados na Proposta de Preços Adicionais e/ou orçamentos já foram obtidos em pesquisa prévia de mercado realizada pelo Departamento de Suprimentos da Câmara Municipal.

12.2 – Após a verificação da conformidade da Proposta de Preços e Impedimentos, o Agente de Contratação verificará a documentação de Habilitação apenas do Fornecedor Classificado, conforme disposições no **ANEXO III Aviso de Dispensa de Licitação**.

12.3 – O Agente de Contratação observará o cumprimento das exigências de Habilitação previstas no **ANEXO III – Documentações exigidas para Habilitação do Aviso da Dispensa de Licitação**, e deverá ser encaminhada pelo Fornecedor Classificado **exclusivamente no endereço do e-mail: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br**

12.4 – As documentações de Habilitação solicitadas no ANEXO III deverão ter sua **EXPEDIÇÃO e HORA até a data e horário para o envio de Proposta de Preços Adicionais estabelecidos no Preâmbulo deste Aviso**.

12.5 - As documentações de Habilitação solicitadas no ANEXO III deverão ter sua **VALIDADE na data para o envio de Proposta de Preços Adicionais estabelecida no Preâmbulo deste Aviso**.

12.5.1 - As Certidões e demais Documentações solicitadas no ANEXO III do Aviso valerão nos prazos que lhes são próprios, conforme mencionados no seu corpo e emitida pelo Órgão Oficial.

12.5.2 - Inexistindo esse prazo de validade no corpo da Certidão e demais documentações, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

12.6 - **Os documentos de Habilitação** solicitados no **ANEXO III do Aviso de Dispensa de Licitação** deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de, no mínimo, **duas horas**, prorrogável por igual período, após solicitação do Agente de Contratação, por e-mail.

12.7 - Após a apresentação dos Documentos de Habilitação não será permitido à substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, que será realizada, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo fornecedor e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da Contratação Direta; e

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da Proposta.



12.8 - A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo fornecedor quando apresentou sua Proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de Habilitação e/ou da Proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação.

12.8.1 – O Agente de Contratação poderá realizar diligências visando a obtenção de documentos para sanear os comprovantes de Habilitação ou da Proposta que venham atestar condição preexistente ao envio de Proposta de Preços Adicionais, via e-mail, ainda que não tenham sido apresentados, no momento adequado, por equívoco ou falha.

12.8.1.1 – Os documentos de Habilitação ou da Proposta mencionados no subitem acima, deverão ser apresentados em formato digital, via e-mail, após solicitação do Agente de Contratação, no prazo de, no mínimo, **duas horas**, prorrogável por igual período, sob pena de Inabilitação.

12.9 - A verificação, em diligência, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio em sítios eletrônicos oficiais de Órgãos e Entidades Emissoras de Certidões constitui meio legal de prova, para fins de Habilitação.

12.10 - A Inabilitação será sempre fundamentada e registrada em Ata e divulgada no Site Oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

12.11 - O não envio das Documentações de Habilitação, via e-mail, no prazo determinado, resultará na Inabilitação da Empresa, exceto se a consulta realizada, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.12 - Na hipótese de o Fornecedor não atender às exigências para Habilitação – ANEXO III do Aviso, será examinada a Proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação das Propostas de Preços, até a apuração de uma Proposta que atenda ao Aviso de Contratação Direta.

12.13 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da Regularidade Fiscal e Trabalhista de ME/EPP e Equiparada que usufrua do benefício, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a regularização, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, conforme artigo 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.1

12.13.1 – A regra prevista do subitem anterior será aplicável a partir do momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora na Dispensa de Licitação.

12.13.2 - A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, **por ocasião da participação nesta Contratação Direta, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

12.14 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, devendo encaminhá-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, para o Departamento de Licitações da Câmara Municipal, podendo o prazo ser prorrogado a critério da Administração.

12.15 - Não serão aceitos documentos de Habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.16 - Se o Fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de



capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.17 - Serão aceitos registros de CNPJ de Fornecedores matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.18 - Na hipótese de o Fornecedor vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.19 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.20 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o Fornecedor será habilitado.

13 – SANEAMENTO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

13.1 - No julgamento das Propostas e da Habilitação, a CÂMARA poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, dos Documentos e sua validade jurídica, mediante diligências, despachos fundamentados, registrados em Ata, e divulgado no Site Oficial da Câmara Municipal, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de Classificação e Habilitação.

14 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Encerradas as Fases de Julgamento e Habilitação, o processo de Contratação Direta será encaminhado à Autoridade Superior para Adjudicar o objeto e Homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

15 – TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 – Os requisitos do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente estão elencados no **item 6 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**, afora outras que por Lei lhe couberem.

15.2 - A Contratação com a Empresa Vencedora far-se-á por Termo de Contrato ou por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, com fundamento no Artigo 95, inciso I e II da Lei nº 14.133/2021, considerando a Proposta de Preço Adequada apresentada e disposições legais, vinculando a Empresa Vencedora aos termos do Aviso e demais ANEXOS, à Proposta apresentada e às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

15.3 - Após a Homologação, a Empresa Vencedora será convocada para assinar o Termo de Contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.



COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

15.4 - O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

15.4.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante a CÂMARA para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo acima citado.

15.5 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 01 (uma) única vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (Art. 90, §1º da Lei 14.133/2021).

15.6 – A Contratada se vincula a sua Proposta e às previsões contidas no Aviso da Contratação Direta e seus Anexos.

15.7 - O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao Fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

15.7.1 - Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.7.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus ANEXOS;

15.7.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

15.7.4 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido neste Aviso.

15.8 – Na assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de Habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo Fornecedor durante a vigência do contrato.

15.9 - Na hipótese de o vencedor da Contratação Direta não assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, o Agente de Contratação realizará a reabertura da Dispensa de Licitação, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos Fornecedores, na ordem de Classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo Fornecedor Vencedor.

15.10 - Caso nenhum dos Fornecedores aceitarem a contratação nos termos acima, a CÂMARA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso da Contratação Direta, poderá:

I - Convocar os fornecedores remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.11 - Decorrido o prazo de validade da Proposta indicado no Aviso sem convocação para a contratação, ficarão os fornecedores liberados dos compromissos assumidos (Art. 90, §3º da Lei 14.133/2021).



15.12 - A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da CÂMARA.

15.13 - A regra constante do subitem anterior, não se aplica aos fornecedores remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem 15.10 (Art. 90, §6º da Lei 14.133/2021).

15.14 - O contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

16 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1 - Os requisitos da contratação e da execução do objeto estão elencados nos **itens 4 e 5 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**, afora outras que por Lei lhe couberem.

16.2 - Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o contrato poderá ser extinto em conformidade com o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, nas seguintes formas:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.3 - A extinção administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Superior da CÂMARA.

16.4 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos da habilitação exigidos na contratação direta original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, podendo ser extinto, caso restrinja a capacidade da empresa de concluir o contrato (art. 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

17 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 – A execução do objeto será em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o estabelecido no **item 6 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**.

18 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das constantes no **item 11 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: transportes, fretes,



encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que porventura existam ou venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública;

II - Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Contratação Direta;

III - Abster-se de contratar para atuarem no contrato decorrente desta Contratação Direta, empregados que sejam: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, Parágrafo Único, da Lei 14.133/2021;

IV - Executar o objeto conforme as disposições constantes do Termo de Referência e orientações da CÂMARA.

19 – OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

19.1 - São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do CONTRATANTE, além das constantes **no item 12 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I - Receber a execução do objeto do contrato provisoriamente e definitivamente, mediante Termo de Autorização de Prestação de Serviços, em conformidade com a legislação, e com o item 5 do Termo de Referência;

II - Comunicar eventuais falhas ocorridas na execução do objeto;

III - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Aviso;

IV - Designar, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, um representante responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, sem prejuízo da total responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou para com terceiros.

20 – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 - Não é admitida a Subcontratação do Objeto Contratual cumulativamente com o que prescreve o art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

21 – FATURAMENTO E PAGAMENTO

21.1 – O faturamento e pagamento do objeto será de acordo com o estabelecido **no item 7 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**.



22 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Poderá aplicar ao Fornecedor ou Contratado (conforme o caso), garantido o direito prévio ao Contraditório e à Ampla Defesa, as penalidades constantes **no item 13 do Termo de Referência – ANEXO I do Aviso**, e o estabelecido nos arts 155 a 163 da Lei 14.133/2021.

23 – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente Dispensa de Licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos fornecedores o direito de indenizações, salvo as disposições legalmente previstas.

23.2 – Ao pronunciar a nulidade, a Autoridade Superior indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

23.3 - Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do artigo 71, da Lei nº 14.133/2021.

23.4 - Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no artigo 147 da Lei nº 14.133/2021.

23.5 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente de Contratação na respectiva notificação.

23.6 - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do fornecedor ou a compreensão do conteúdo de sua Proposta não importará seu afastamento da Contratação Direta ou a invalidação do processo (Art. 12, Inc. III da lei 14.133/2021).

23.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação de acordo com a Legislação pertinente.

23.8 - É facultada ao Agente de Contratação e/ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Seleção de Proposta de Preços da respectiva Contratação Direta, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.9 - As normas que disciplinam esta Contratação Direta serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados sem comprometimento da segurança jurídica do futuro contrato.

23.10 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas sendo responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

23.11 - Todos os elementos do Aviso, Termo de Referência, e outros Anexos porventura existentes, serão divulgados no sítio eletrônico oficial da CÂMARA (<https://casimirodeabreu.rj.leg.br/lei14133>) na mesma data de divulgação do Aviso da Contratação Direta, inexistindo necessidade de registro ou de identificação para acesso (Art. 25, §3º da Lei 14.133/2021).

23.12 – O procedimento, inclusive o resultado final das Propostas de Preços obtidas durante a pesquisa prévia de mercado e as Propostas de Preços obtidas a partir da publicação do Aviso desta Dispensa de Licitação, será no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, no endereço <https://casimirodeabreu.rj.leg.br/dispensaeinexigibilidade>.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

23.13 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela CÂMARA através de e-mail indicado em sua Proposta de Preços.

23.14 - Eventuais modificações no Aviso da Contratação Direta implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (Art. 55, §1º da Lei 14.133/2021).

23.15 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CÂMARA.

23.16 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus ANEXOS ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

23.17 – Fica eleito o foro do Município de Casimiro de Abreu para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta contratação direta e adjudicação dela decorrente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Casimiro de Abreu, 30 de abril de 2025.

Cláudia da Conceição Joaquim
Mat.001/PL
Comissão de Planejamento

Cleiton PortoTeófilo
Mat.017/PL
Comissão de Planejamento

Felipe Paschoal Linhares
Mat.643
Comissão de Planejamento



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO